

EDITORIAL

Notas soltas

Partindo de uma Igreja sábia, passando pelo nosso Estado motor económico, com paragem na justiça até chegar à Irlanda



Eduardo Oliveira e Silva

Sabedoria milenar Com a sua longa experiência, a Igreja decidiu preparar melhor que nunca a eleição do novo Papa. Ali não há hipótese de alguém ir fazer a rodagem de um automóvel e sair eleito. Há encontros prévios que permitem discutir temas essenciais para a Igreja e a sociedade cristã e possibilitam que os cardeais se conheçam melhor antes da eleição, o que não significa que o conclave que se inicia na terça-feira seja rápido. Há uma expectativa enorme e que basicamente assenta numa dúvida: o novo Papa será ou não europeu?

Estado, o motor de arranque de sempre Enquanto alguns são iludidos com o valor das exportações (cujo impacto na economia ainda tem de ser bem medido, porque uma coisa é exportar mercadorias realmente feitas cá e outra receber o dinheiro), o governo viu-se na obrigação de retomar os caminhos já trilhados por Sócrates para reanimar a economia. Vai daí foi um virote. Ele é um plano para pagar as dívidas do Estado e relançar a construção e o imobiliário (faz lembrar a requalificação escolar). Ele é o comboio de mercadorias com valência para velocidade alta para ligar a Espanha. Ele são as conversas de bastidores sobre a retoma do projecto do aeroporto de Alcochete. Ele é, ainda, um novo porto na Trafaria, margem sul do Tejo – caso que é arrepiante. Minimiza Lisboa e a sua vocação portuária milenar e além disso cria só 500 postos de trabalho directos (mais ou menos o número de pescadores que se perde). Esta revolução portuária tem um impacto ambiental enorme, tem a oposição da

autarquia e de membros do PSD da região, além de rivalizar com Setúbal e Sines e criar graves problemas na distribuição de mercadorias para norte, por terem de passar o Tejo, o que envolve novas ligações ferroviárias e rodoviárias. Até já há quem fale de um túnel sob o Tejo. Seguem-se os estudos do costume. Depois espera-se a conclusão óbvia: não há dinheiro. O pior é se alguém se lembra da sigla mágica: PPP. Cruzes canhoto!

Tarefa prioritária A procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, percebeu em boa hora que um dos seus principais problemas era a violação do segredo de justiça. São tantos os exemplos de informações plantadas e conduzidas por fora que a certa altura se está perante um verdadeiro massacre de presumíveis inocentes. Nas fases de inquérito e de investigação o problema é recorrentemente atentatório de direitos essenciais. Ainda há dias se viu uma televisão transmitir imagens de uma operação contra a banca, acompanhando inclusivamente a saída dos carros dos investigadores e os seus percursos nos engarrafamentos (esperemos que as imagens fossem mesmo da TV). As fugas a respeito de uma investigação ao procurador-geral de Angola são outro exemplo flagrante de informação teleguiada.

Diferenças Há grande diferença na forma como a Irlanda e Portugal encaram as suas situações. Na Irlanda as medidas não são apresentadas sistematicamente como uma vontade imposta exteriormente por uma troika. Não há uma transferência de responsabilidades da política e da banca para o povo, embora este perceba que tem de pagar o que não fez. Quanto às soluções há outra diferença grande: as medidas essenciais são discutidas com os sindicatos e só lateralmente com a oposição, aliás responsável pela situação do país.



Radar

Ajuda à construção prevê qualificar 351 mil desempregados do sector

RODRIGO CABRITA



Crise. Construção é o primeiro sector a receber um balão de oxigénio do governo

Relançar o sector, apostar na formação profissional, na internacionalização e reabilitação urbana são as grandes apostas

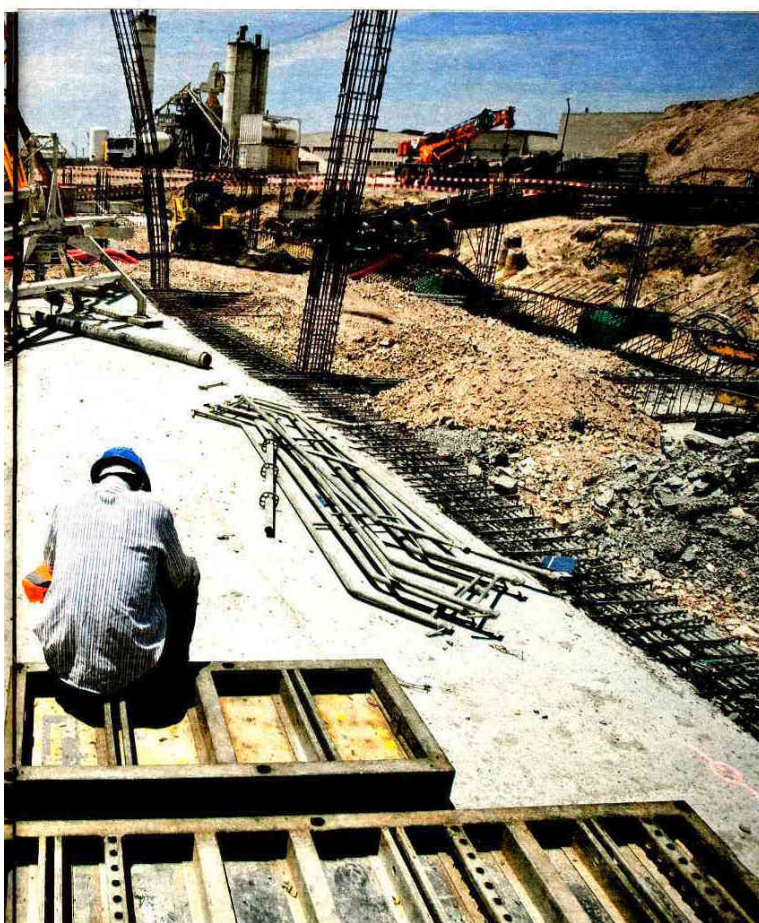
SANDRA ALMEIDA SIMÕES
sandra.simoes@ionline.pt

Quase a assinalar dois anos de governação, o executivo de Passos Coelho concedeu ontem o primeiro balão de oxigénio a um sector específico: construção e imobiliário. Foi assinado o "Compromisso para a Competitividade Sustentável do Sec-

tor da Construção e do Imobiliário" entre o governo e a Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI). Este acordo prevê a concretização de 52 acções de apoio a um sector que tem vindo a reclamar a implementação de medidas de emergência para estancar as perdas e relançar-se na esfera nacional

e internacional. Representantes do sector falam em dia histórico, mas esperam agora coragem e determinação do executivo para pôr em marcha as medidas.

Apoio à sua reconversão e relançamento, centrado em domínios como emprego e qualificações, acesso ao financiamento, investimento empre-



Sector à beira do colapso arrisca perder mais 140 mil empregos

Empresas de construção e de actividades imobiliárias deviam quase de 5,5 mil milhões de euros à banca no final de 2012

sarial, internacionalização e inovação, reabilitação urbana e arrendamento são as linhas gerais do Compromisso.

"Trata-se de uma "agenda coesa e ambiciosa", nas palavras do ministro da Economia e do Emprego, que ontem presidiu à cerimónia de assinatura do acordo. "É um passo concreto e real para reforma e relançamento sustentável do sector", sublinhou Álvaro Santos Pereira.

O plano para relançar o sector "responde às exigências do momento mas projecta uma visão sobre o futuro", explicou o secretário de Estado adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, Almeida Henriques.

Uma das faces mais visíveis do pacote de medidas é a reafecção de 3700 milhões de euros do QREN em infra-estruturas e equipamento.

Outra das áreas-chave, e a necessitar de tábua de salvação a curto prazo, é o emprego. O presidente da CPCI realçou que o acordo integra "medidas para promover o emprego e as qualificações, melhorar o acesso ao financiamento das empresas e adoptar uma política de investimentos públi-

cos estruturais". O objectivo é criar um programa para qualificar e reconverter desempregados do sector. Mais de 351 mil trabalhadores são o alvo potencial deste programa, que pretende ainda criar qualificações e competências para a reorientação do tecido empresarial para áreas como a reabilitação urbana, a construção sustentável e a eficiência energética.

Na componente imobiliária, a reabilitação e o arrendamento são as grandes apostas, que virão a concretizar-se através, por exemplo, da criação de uma taxa autónoma em sede de IRS aplicável aos rendimentos do mercado de arrendamento. Nesta matéria, os particulares vão poder candidatar-se à reabilitação de habitações, beneficiando de condições de financiamento mais vantajosas.

A internacionalização é, no entender dos subscritores deste Compromisso, uma das soluções para contornar a actual conjuntura doméstica. Estimular a diplomacia económica é o caminho para chegar aos mercados de elevado potencial. Para já, o destaque recai

no Mercosul – de que fazem parte a Venezuela e a Colômbia –, o Magrebe e a CPLP.

Ontem, um dos grandes grupos de construção, Mota-Engil, defendeu precisamente a criação de incentivos à internacionalização. "É importantíssimo dar trabalho às construtoras portuguesas, principalmente às pequenas, porque essas têm mais dificuldades de se internacionalizar, mas também há que pensar que o sector da construção pode ser um grande gerador de divisas se tivermos uma visão integrada", afirmou António Mota, em declarações à Lusa.

No âmbito da iniciativa Jessica – que inclui verbas comunitárias e investimentos da banca – já foram constituídos três fundos de desenvolvimento urbano, no valor de 335 milhões, prevendo-se um forte impulso este ano. Outras medidas de apoio, como o caso do Plano Estratégico dos Transportes e das linhas de financiamento às pequenas e médias empresas, já estão no terreno.

Na última década, o peso do emprego desta actividade no total do país diminuiu de 12% para 8,3%.

●●● Os sectores da construção e do imobiliário são dos mais fustigados pela crise económica, quer pelo recuo da despesa pública quer do consumo interno. Insolvências, desemprego, crédito em incumprimento, congelamento do investimento público, dificuldades de tesouraria e atrasos nos pagamentos comprovam o cenário de colapso iminente no sector que ontem recebeu do governo a promessa de um balão de oxigénio.

Os níveis de desemprego na construção são alarmantes. Segundo o presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI), o sector representou 26% do total do desemprego do país em 2012, com mais de 114 mil desempregados. O objectivo do compromisso agora assinado é "concretizar a recuperação de 85 mil empregos nos próximos dois anos, evitar que a taxa de desemprego nacional atinja os 20% e que o sector possa voltar a perder os cerca de 140 mil postos

de trabalho que estão em risco", adiantou Reis Campos, citado pela Lusa.

No final de Dezembro de 2012, as empresas de construção tinham empréstimos contraídos na banca no montante de 20 mil milhões de euros, dos quais mais de 3,7 mil milhões estavam em cobrança duvidosa, correspondente a uma taxa de incumprimento de 18,6%. Nas actividades imobiliárias, o malparado ascedia a quase 1,7 mil milhões de euros, equivalente a 11,6% do total de empréstimos pedidos à banca. O incumprimento dos dois sectores aproxima-se de 5,5 mil milhões de euros, o dobro do registado no final de 2010, de acordo com dados do Banco de Portugal.

Além de liderarem o incumprimento por ramo de actividade, estes sectores registam o maior número de insolvências. Desde início do ano e até ontem, o número de insolvências de empresas de construção, engenharia civil, promoção e actividades imobiliárias ascende a 283, em linha com as 292 registadas no mesmo período do ano passado, segundo dados do Instituto Informador Comercial.

Por um lado, o sector sofre o estrangulamento por via da diminuição do investimento público, por outro, é penalizado pela queda abrupta da procura dos privados e por maiores restrições impostas pelo sector financeiro. Pressionada para reduzir a exposição ao sector da construção, a banca está cada vez mais indisponível para renegociar financiamentos ou conceder novos créditos.

O compromisso assinado prevê reanimar um sector que representa 20% das empresas nacionais, emprega 635 mil trabalhadores e é responsável por 18,2% da riqueza gerada no país.

114

mil postos de emprego perdidos em 2012. Sector emprega 635 mil funcionários.

283

insolvências este ano em empresas de construção, engenharia civil e imobiliário.

18%

Peso do sector da construção no produto interno bruto nacional.